

CADERNOS DO CEIS20

A UNIVERSIDADE E AS "CONDIÇÕES"
DA IMAGINAÇÃO

N.09, 2008

LUÍS REIS TORGAL

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX

CADERNOS DO CEIS 20

LUÍS REIS TORGAL

A UNIVERSIDADE E AS “CONDIÇÕES” DA
IMAGINAÇÃO

COIMBRA
2008

Os cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Os cadernos do CEIS20 são sujeitos a arbitragem científica.

Coordenação Científica: João Rui Pita

Coordenação Editorial: Isabel Maria Luciano

A UNIVERSIDADE E AS "CONDIÇÕES" DA IMAGINAÇÃO

Autor: Luís Reis Torgal

Edição: CEIS20, Coimbra

Morada: Rua Filipe Simões, 33 – 3000-186 Coimbra

Telefone: 239 70 88 70 | Fax: 239 70 88 71

E-Mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: www.ceis20.uc.pt

Capa: Gonçalo Luciano

Impressão e acabamento: Imprensa de Coimbra, Lda

Depósito legal: 272688/08

ISBN: 978-972-8627-07-2

NOTA DE APOSIÇÃO

Este livro resulta de um curso de 12 semanas, realizado em 1997, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Prof. Luís Reis Torgal. O curso teve como objetivo principal a apresentação e análise crítica das principais obras de referência da literatura portuguesa do século XX, com especial atenção para a obra de Fernando Pessoa. O curso foi organizado e dirigido pelo Prof. Luís Reis Torgal, com a colaboração de outros membros do Grupo de Investigação "Arquivo da Memória e História do Século XX" do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20. O curso foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do projeto de pesquisa "A Literatura Portuguesa do Século XX: uma abordagem interdisciplinar", coordenado pelo Prof. Luís Reis Torgal. O curso foi realizado em 1997, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do projeto de pesquisa "A Literatura Portuguesa do Século XX: uma abordagem interdisciplinar", coordenado pelo Prof. Luís Reis Torgal. O curso foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do projeto de pesquisa "A Literatura Portuguesa do Século XX: uma abordagem interdisciplinar", coordenado pelo Prof. Luís Reis Torgal.

Coimbra, Setembro de 2007

Luís Reis Torgal

Luís Reis Torgal — Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coordenador do Grupo de Investigação "Arquivo da Memória e História do Século XX" do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este texto resultou de um convite feito pela revista *Via Latina* para o tema "Imaginação", que constitui, no ano de 2008, o mote inspirador da Semana Cultural da Universidade de Coimbra. Tendo em conta a sua extensão e considerando o autor que não o deveria encurtar, entendeu que antes se justificava a sua publicação integral na colecção de ensaios "Cadernos do CEIS20", correspondendo, de resto, a outro convite feito há algum tempo pelo Prof. João Rui Pita. Esta reflexão continua, assim, as considerações, só até certo ponto datadas, que foram feitas pelo autor no caderno que abriu esta colecção, intitulado *Caminhos e contradições da(s) Universidade(s) Portuguesa(s). Centralismo e autonomia. Neoliberalismo e corporativismo* (2000), texto que depois foi traduzido para grego e para espanhol e publicado, respectivamente, em Atenas e em Valladolid, em 2001.

Coimbra, 5 de Dezembro de 2007

Luís Reis Torgal

A “Universidade sem condição”

Jacques Derrida, numa obra fundamental sobre a Universidade, fala da “Universidade sem condição”¹. Que significa esta fórmula aparentemente hermética e ambígua apresentada num texto denso e complexo, quase só para iniciados na reflexão filosófica? Basicamente, o pensador francês quis referir-se a um tipo de Universidade inexistente de facto, uma espécie de resistência crítica a todos os poderes, que não estaria subordinada a interesses limitados, não seria “condicionada” por lógicas de desenvolvimento interessado. Como filósofo, pensava afinal no retorno a uma ideia de liberdade e resistência ou, se quisermos, de “Autonomia” (palavra mágica do vocabulário universitário), não no sentido de autonomia administrativa e financeira, autonomia ilusória que tem feito as delícias de uma lógica burocrática interna, com processos infundáveis e kafkianos, mas de uma autonomia pedagógica e científica em que se procuram caminhos para o Saber. Daí falar-se da “Universidade por vir”. Obviamente não se trata de uma lógica “anarquista” de “não-Poder” ou em que o Poder é apenas o “Poder da Razão”, que os intelectuais gostam de apresentar no domínio das ideias puras, mas que choca obviamente com as realidades e até com a simples realidade da “organização”. Diríamos — na nossa (re)interpretação, nós que estamos habituados a entender a Universidade na sua dura “realidade” — que a “Universidade sem condição” supõe que esta maravilhosa e antiga instituição viva para além das “condições” criadas

¹ *L'Université sans condition*, Paris, Éditions Galilée, 2001. Tradução portuguesa, com um Posfácio por Fernanda Bernarda, *A Universidade sem condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003. Este texto foi apresentado pela primeira vez na Universidade de Stanford (Califórnia - USA), em Abril de 1998.

pelo Estado ou pelos poderes da sociedade organizada segundo interesses que o próprio Estado sabe habilmente interpretar (de muitas maneiras) e que, agora, encontrou na Universidade americana um dos modelos.

Porém, nos Estados Unidos da América não existe, como todos sabem, “um modelo” e sim uma fórmula de “diversidade”, diversidade de concepções, de saberes, de práticas e de instituições. Ali se divisam prestigiosas universidades estaduais, onde puderam irromper prematuramente as críticas à guerra do Vietnam e que prepararam o europeu Maio de 68, como aconteceu em Berkeley, um dos pólos da Universidade da Califórnia, mas também emergiram na privada Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Encontram-se ali universidades privadas onde se pôde ouvir entusiasticamente Derrida, embora só em inglês, como sucedeu em Stanford, em 1998, ou que podem publicar textos críticos da evolução da Universidade no nosso tempo, como se verificou em Harvard, que editou o texto *The University in ruins*, do canadiano Bill Readings². E existem disciplinados e pragmáticos *Colleges*, organizados segundo fórmulas de produtividade e de saber orientado, ou instituições credenciadas que vendem a imagem e o conhecimento para o exterior, como sucede com o famoso MIT (*Eme-Ai-Ti*, permita-se-me que soletre em inglês, para português ver), ou, se quisermos, traduzindo a sigla, o que hoje está à distância de um *clac*, Massachusetts Institute of Technology. Mas “diversidade” também no sentido que deu Clark Kerr ao que chamou “Multiversidade” (em alternativa a “Universidade”), ou seja, a universidade ao serviço de funções múltiplas, de agências financiadoras, estatais ou privadas³.

A Universidade é uma criação europeia — saliente-se — e que viveu e vive (e muito bem, sem dúvida) nos Estados Unidos da América do Norte

² O obra, com o título original *The University in ruins*, publicada pela Harvard University Press, em 1996, foi completada por Diane Elam, dado que Bill Readings faleceu num desastre de aviação. Foi publicada em português: *A Universidade em Ruínas*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

³ *The uses of University*, Harvard University Press, 1982. Ver o artigo de Boaventura de Sousa Santos, “Para uma Universidade de ideias”, onde aborda, entre outros temas ainda actuais e de grande interesse sobre a Universidade, a teoria de Kerr (in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 27 / 28, Junho 1989, sobretudo p. 31 ss.).

numa lógica milionária e liberal que não deveria exercer o papel de “modelo” fundamental para a Europa, sobretudo porque esta o entende mal e fora da história. De resto, nem o Reino Unido assim o considerou, pois manteve quase incólume o seu sistema de universidades públicas ou estatais, com uma só exceção, a recente Universidade de Buckingham, que se apresenta, orgulhosamente de resto, como a única universidade privada de Inglaterra⁴. Foi daqui, do Reino Unido, e do observatório da sua mais velha e prestigiada universidade, Oxford, que o sociólogo Hermínio Martins analisou a tendência para a “marketização” das universidades, num artigo que publicou na revista de filosofia de uma universidade privada portuguesa, a Universidade Lusófona⁵.

A Europa, na sua diversidade, é, pois, a mãe desta velha instituição onde também existem, desde que o Saber seja a razão de ser das instituições científicas, onde não pode faltar capital para a investigação e estabilidade, prémios Nobel ou, pelo menos, grande desenvolvimento científico (também no domínio das ciências sociais e das humanidades — não esqueçamos), que deveria ser sempre pautado por uma lógica de sociedade ideal e não de sociedade de lucro ou de “sociedade bélica” ou mesmo “racial”. A “Universidade sem condição” terá de ser pensada numa lógica de regresso, não de regresso passadista, mas de regresso ao futuro, a uma Ideia nobre de Saber e de Comunidade do Saber que miticamente marcou de forma indelével a concepção, sempre inacabada, de “Universidade” (com U maiúsculo, próprio também do conceito de Universal e de Universalidade). Assim, a Imaginação, e não a Administração e a Globalização, deve ser o motor da reforma da Universidade. Mas a Imaginação é sempre “condicionada”, sobretudo no mundo em que vivemos. O que desejávamos é que não houvesse “condições” estruturalmente pragmáticas que impedissem afinal a Imaginação de o ser, transformando-a num simples nome ou numa espécie de “loja de conveniência”.

⁴ No *site* da University of Buckingham, pode ler-se no capítulo referente à sua história: “Buckingham is the only university independent of direct government support in the United Kingdom and has used its independence to pioneer a distinctive approach to higher education.”

⁵ “The marketisation of universities and some contradictions of academic knowledge-capitalism”, in *Metacrítica. Revista de Filosofia*, n.º 4, 2004. Hermínio Martins escreveu depois uma versão corrigida e actualizada, em 2007.

“Progresso” e “condições” da intervenção e da não intervenção

Gerou-se em certos meios a ideia pombalina ou iluminista (própria do Despotismo Iluminado e não do Iluminismo como criação dos “filósofos”) de que só o Estado é capaz de realizar grandes reformas na Universidade, tendo em vista o “Progresso”, essa outra palavra mágica que parece impulsionar o homem desde que foi inventada ou reinventada no século XVIII. Este equívoco gerou mesmo a ideia de que o Estado está, como “pessoa de bem”, a lutar pelo Progresso mesmo quando... nada faz, ou seja, quando deixa as coisas seguir o seu rumo numa lógica liberal de “laissez faire, laissez passer”. Ao invés, generalizou-se também a ideia de que a Universidade, como corporação ou conjunto de corporações (não se pode esquecer que *Universitas* tem originariamente o sentido de “corporação”, que ainda se conserva na maneira italiana de se referir às universidades — *Università degli studi*), representa interesses e privilégios, de professores e estudantes, e que não tem qualquer possibilidade de se reformar sem o poder “paternal” do Estado. Os estudantes, ontem como hoje, foram as maiores vítimas desse mito, quando lutavam pela liberdade e se lhes opôs o argumento da Autoridade, ou quando lutam (se ainda lutam, e também lutam, evidentemente, pelos “seus interesses”) pelos valores sociais e se lhes contrapõe o argumento da Modernidade Social e Científica, apresentado não só pelo Estado mas também por professores desejosos de Ordem e de Disciplina.

O certo, porém, é que o Estado tanto diz lutar pelo Progresso quando intervém como quando não intervém e se o Estado Português (estamos a falar do Estado Democrático), durante algumas décadas, usou de uma prática laxista, porque as “condições” assim o “exigiam”, agora usa a prática da intervenção — nenhum governo foi tão intervencionista, pelo menos de forma legal e muitas vezes aparente, como o actual — também porque as “condições” o “exigem”, embora também o devesse ser porque o intervencionismo faz parte da essência do socialismo ou da social-democracia, cujos valores, todavia, deveriam estar (e será que estão?) na primeira linha de reformas profundas.

Uma das medidas salientadas pelo actual Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) é o facto de a nova lei do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES — lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro) obrigar as Escolas Privadas a cumprir determinados parâmetros semelhantes

aos do Ensino Superior Público. Sem dúvida que é uma medida fundamental, e esperamos que ela seja seguida, para evitar um ensino privado medíocre (que ninguém deseja) e a ausência da defesa dos direitos dos seus docentes, que estão a ser constantemente despedidos ou — em forma “moderna” — a ver-lhes negada a prorrogação dos seus contratos de trabalho, devido ao argumento clássico da falta de alunos, isto é, a “falta de produtividade”, que inclusivamente está a levar ao encerramento de pólos universitários, departamentos ou cursos (inclusivamente da Universidade Católica), onde, dizia-se antes (simples propaganda?), concorriam para o “Progresso” local e regional e para o desenvolvimento do Saber Universal. Porém, se o Estado procede assim, é, em grande parte, motivado pelas “condições”. Com efeito, já não é necessária ou é menos necessária na Europa a estatística da média de licenciados, e mesmo de mestres e doutores, e torna-se mais importante, agora, até porque a potencial população estudantil diminuiu e reduziram-se assim as limitações impostas pelo *numerus clausus* nas universidades do Estado, dar a imagem de “excelência” da Universidade, seja ela de organização pública ou particular.

São, na verdade, as “condições” que ditam as reformas e a sua aceitação. Quando há alguns anos alguns professores foram convocados para darem um parecer sobre a qualidade de projectos de cursos a funcionar em universidades particulares e, depois de analisarem os documentos que lhes eram apresentados, se pronunciaram contra, com sólidos argumentos pedagógicos e científicos, a resposta do Ministério é que, apesar disso, se tornava aconselhável abrir esses cursos. E eles vieram mesmo a ser aprovados, sucedendo algo de idêntico com as inúmeras universidades e escolas de ensino superior particular que pululam por esse país sem uma fiscalização conveniente por parte do Estado ou, ao menos, uma palavra de crítica ou uma medida dissuasora perante a saída anual de diplomados que se sabia sem preparação adequada, considerados em paridade de condições com os que saíam do ensino público (nem sempre, todavia, de boa qualidade).

Mas se tal se verificou com a complacência do Governo, também se passou com a conivência das universidades do Estado. Poucas vezes “a Universidade falou”⁶ e poucos foram os professores que falaram contra essa multipli-

⁶ A expressão foi utilizada por A. Lobo Vilela num opúsculo polémico de 1933, proferida, todavia num contexto muito diferentes deste. Ver *A Universidade falou!: a proposta duma mensagem universitária*, Figueira da Foz, 1933 (Cadernos de Cultura Democratasta).

cação de escolas e de cursos. Ao invés, prejudicando por vezes a própria Universidade do Estado em que ensinavam, alguns docentes passaram a ter sempre as malas feitas para percorrer o país a fim de ensinarem em universidades privadas. Isso quando era necessário dar aulas, pois em muitos casos bastava dar o nome, para engalanar a lista enviada para o Ministério e para a propaganda dos jornais. E então um assistente ou um licenciado passava para a categoria de “Professor” e um Professor Auxiliar poderia ser numa dessas universidades “Professor Catedrático”, expressão que, aliás, se veio a vulgarizar, esquecendo-se o seu verdadeiro significado.

Na verdade, muitos colegas, independentemente da sua ideologia política ou educacional, aceitaram dar o seu nome e o seu trabalho, por vezes bem pago, evitando afinal que as universidades privadas criassem o seu próprio corpo docente especializado. Alguns deram mesmo o seu contributo directo para a criação dos mesmos cursos existentes na sua universidade em escolas de ensino superior privado situadas ali mesmo ao lado, na própria cidade, numa estranha lógica de concorrência. E o certo é que alguns deles, passada a fase da oportunidade (em certos casos a oportunidade não passou), foram os primeiros a levantarem o dedo acusador contra o sistema e contra as universidades privadas, considerando que se deveria prevenir a organização nelas de um corpo próprio de docentes habilitados e vigiar a qualidade do seu ensino!

E tudo se passou sem uma intervenção do Estado. A não ser agora...?

Institutos Politécnicos ou Universidades Politécnicas? O dilema e as suas “condições”

Os Institutos Politécnicos (IP's) começaram por conceder apenas o grau de bacharel, título este que se radicava na tradição portuguesa do ensino superior. Provavelmente deveriam ter assim continuado, pois o grau por si só seria uma forma de os distinguir das Universidades, permitindo também que os seus docentes tivessem uma preparação científica de menor graduação e mais virada para a prática, o que, longe de ser um prejuízo, seria, ao contrário, uma mais-valia. Isso não implicava que os bacharéis dos IP's não prosseguissem os seus estudos. Mas deveriam continuá-los nas Universidades segundo planos previamente gizados.

Mas o que sucedeu não foi isso. Pesaram as “condições” regionalistas, o caciquismo político e as próprias ambições dos IP’s, com o apoio do Estado. Deste modo, começaram por conceder Diplomas de Estudos Superiores Especializados (DESES) das mais variadas áreas (até Estudos Sindicais!), correspondentes ao grau de licenciatura. E assim foi-se cada vez mais confundindo Ensino Universitário e Ensino Politécnico, a ponto de quase nada diferir, sobretudo ao nível dos graus, até porque alguns IP’s fizeram convénios com universidades, por vezes sem sucesso, para que os seus alunos pudessem vir a obter graus superiores.

Eis por que o MCTES salienta agora ter distinguido, com a nova lei proposta pelo Governo e aprovada em Assembleia da República, Ensino Superior Universitário e Ensino Superior Politécnico. Novas “condições” implicam novas aparências. Entretanto, porém, o Ensino Politécnico — afinal como o Ensino Universitário — lá vai multiplicando cursos, alguns dos quais são absolutamente incompreensíveis como licenciaturas. Procuram o seu espaço, tentando ganhar o lugar das próprias universidades, e, assim, vão fazendo o seu *marketing* e a sua propaganda. E o mais caricato é que também as Universidades parecem por vezes temer os IP’s, tentando entrar pelo seu campo, com cursos de carácter politécnico, integrando escolas politécnicas ou formando complementarmente os licenciados ou antigos bacharéis formados em antigas escolas.

Assim, enfermeiros e médicos passaram a ter exactamente o mesmo grau, o da licenciatura, podendo aqueles — o que está a acontecer — obter graus superiores de mestres e doutores, em vez de se especializarem na sua prática, fundamental para a assistência aos doentes. Os antigos professores do ensino primário, diplomados nas Escolas do Magistério, naturalmente desejosos de chegar ao último escalão da carreira, completaram os cursos mais absurdos, nas mais diversas escolas oficiais e particulares, para ganharem a sua “licenciatura”, deixando de se afirmarem formados no magistério primário para se dizerem “licenciados” em Animação Cultural, Administração Escolar e outras quejandas “especialidades”, assim como os bacharéis de cursos técnicos, que passaram a ter a identificação de “engenheiros técnicos”, obtiveram em qualquer universidade privada uma licenciatura para se tornarem “engenheiros” (como deve ser), mesmo antes de terem sido aceites na Ordem dos Engenheiros!

A *ratio* e as “condições” criadas às Universidades — as “Universidades Politecnicizadas”

Neste mundo tudo se confunde e se a lei do RJIES procurou demarcar as fronteiras entre o Ensino Politécnico e o Ensino Universitário, as cartas já estavam demasiado baralhadas para que essa distinção se pudesse verificar. E essa confusão tem surgido nos dois sentidos. Ou seja, se os IP's procuram tornar-se “universidades”, as universidades — já o dissemos — caminham no sentido “politécnico”, tornando-se, em parte, “Universidades Politecnicizadas”, com a criação de cursos com as características e a finalidade de cursos de carácter politécnico.

Mas, o motivo dessa “politecnicização” resulta sobretudo da questão da *ratio* professor/aluno (ou da “rácio”, na forma aportuguesada, ou do “rácio”, como agora impropriamente se diz), introduzida pela lei de financiamento das universidades, e da necessidade de criar cursos para “atrair alunos”, “esgotadas” que estão (estarão?) as potencialidades dos cursos “clássicos” para o fazer. Criaram-se assim “condições” à imaginação e surgiram cursos de licenciatura que — a nosso ver — deveriam ter o carácter de pós-graduações ou de mestrados e doutoramentos. É conhecido o que se passou com os inúmeros cursos de Engenharia, muito especializados. Mas aconteceu o mesmo em várias outras faculdades e em departamentos diversos. Por sua vez, nota-se a falta de imaginação para criar cursos novos em áreas que teríamos o maior interesse em desenvolver, numa perspectiva teórica e prática. Ressalte-se, por exemplo, a carência de cursos de mestrado e de doutoramento na área de estudos africanos, mas também em estudos orientais ou em estudos americanos. É um conhecimento que se adequaria perfeitamente a um país que foi expansionista e colonizador e a um povo de emigração, uma nação que deveria, agora em condições de igualdade e de colaboração científica, ter relações privilegiadas com países de língua oficial portuguesa, na África, no Oriente e na América, ou com países onde existem verdadeiras colónias de portugueses ou de filhos de portugueses. Não se verificando essa lógica da Imaginação, mantém-se na Universidade portuguesa um quase desconhecimento de culturas que não podemos ignorar, um défice de investigação nessa área e deixa-se campo aberto a universidades privadas para se instalarem nos países de língua portuguesa, o que, a verificarem-se alguns lamentáveis exemplos que

ultimamente se deram no nosso país, poderão deixar ali uma má imagem de Portugal.

Em conclusão, a famigerada “rácio” e a procura desesperada — e não pensada e imaginada segundo lógicas científicas, pedagógicas e culturais — de alunos tendem a transformar as Universidades em IP’s, com todo o respeito que por eles tenho, desde que desempenhem um papel adequado no âmbito que lhes é próprio. E o certo é que essa procura desesperada — que sucede também, como se disse, nos IP’s em cursos de licenciatura pouco adequados —, trazendo a sensação vertiginosa do sucesso, poderá redundar, a breve trecho, se a previsão não me falha, num rotundo falhanço.

“Bolonha” como símbolo de um novo modelo de Universidade

Não tenho dúvida que a Declaração de Bolonha (19 de Junho de 1999) estava cheia de boas intenções. Como me dizia o Professor Marçal Grilo, que assinou a declaração na qualidade de ministro português da Educação e Ciência, tinha o sentido de passar à Universidade uma missão, um problema e um grande repto, a fim de encontrar soluções no campo científico e pedagógico para a reformulação da Escola. Diria mesmo: poderia ter sido o grande mote para um importante exercício da Imaginação e para que a Universidade realizasse uma verdadeira Reforma (com R maiúsculo) em conjugação e com o apoio do Ministério da respectiva tutela. Desta forma, nem viria ao de cima a autoridade do Estado, com uma lógica “formatadora”, nem a tendência corporativa da Instituição universitária.

Mas não sucedeu isso, por razões de “condicionalismo” que tentaremos explicar. O certo é que “Bolonha” passou de um problema científico-pedagógico a um problema essencialmente político. Verificou-se rapidamente que a União Europeia estava pronta a transformar a sua filosofia de liberdade e a “condicionar” os governos e as universidades, sob pretexto da criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, a seguir um padrão estipulado para uniformizar o modelo de ensino e, eventualmente, a torná-lo mais económico para os cofres dos Estados, numa lógica que se diz de “sustentabilidade”. Na verdade, da “compatibilização” dos sistemas de ensino, com respeito pela “autonomia”, passou-se à prática da formatação e o verdadeiro interesse do Ministério foi

criar um sistema o mais próximo possível do 3+2+4, ou seja, três anos para a licenciatura (1.º ciclo), dois para o mestrado (2.º ciclo) e quatro para o doutoramento (3.º ciclo), só admitindo excepções em casos considerados especiais. Desta forma, nada se avançou no sistema de formação qualitativa dos alunos, pondo de parte a ilusão de que se criou um sistema de maior apoio ao estudante (que sempre houve, se os professores tinham consciência científico-pedagógica), muitas vezes utilizado como forma de diminuir o grau de exigência e aligeirar artificialmente o insucesso escolar. A compressão dos cursos condicionou, por sua vez, a sua estruturação (obrigatória) em disciplinas semestrais, que, na prática, se reduzem a trimestres, o que, na área das ciências sociais e humanidades e talvez em todas as áreas científicas, a meu ver, veio tirar ao aluno o precioso tempo para reflectir e sentir, tempo que é fundamental para uma formação estruturada. De resto, a lógica de uma actividade escolar preenchida e formalmente organizada e tutelada, em alternativa a uma certa liberdade de acção que era característica do sistema universitário, se tem vantagens no caso de ser correctamente administrada, tem também a sua inconveniência e torna-se dificilmente adaptada à nossa concepção de aprendizagem. Sobretudo não é possível esquecer nessa concepção pedagógica, como em qualquer outra, o tempo de lazer, imprescindível hoje, como sempre, pois o *otium* é um elemento fundamental da formação escolar, na perspectiva de que o homem não pode ser considerado uma máquina de produção, mas um ser criativo e livre, dotado de consciência crítica.

Por outro lado, não devemos esquecer que a “licenciatura” — mais uma vez se fugiu de um termo que fazia parte da tradição escolar portuguesa, o “bacharelato”, como ciclo de passagem — se tornou um grau completamente diferente da anterior acepção de licenciatura, ou seja, tornou-se um mero grau de transição, semelhante à *licence* francesa, que necessariamente tem de ser completado, razão por que menos se admite agora que o mestrado (cada vez mais semelhante à *maitrise*) seja pago, como é, por vezes a preços exorbitantes. E, por sua vez, os doutoramentos passam cada vez mais a tornar-se ciclos de formação complementar: deixaram de ser entendidos como títulos “extraordinários” (não reecemos a palavra) de formação científica, mas como títulos comuns. Inovação? Só o diz quem não conhece o processo curricular vigente em Portugal até ao fim da Monarquia, em que a sucessão bacharel - bacharel formado - licenciado - doutor se verificava numa lógica de ciclos complemen-

tares, sendo o último meramente honorífico até aos anos setenta do século XIX.⁷ Rafael Bordalo Pinheiro e Ramalho Ortigão, num saboroso desenho e num não menos sugestivo texto do *Álbum das Glórias*, chamavam à Universidade a “Mamã dos bacharéis”. Agora, receio que lhe passemos a chamar “Mamã dos doutores”.

Ou seja, o ensino tende a tornar-se cada vez menos qualificado, desvalorizando-se os respectivos graus, embora sempre sob a capa da “qualidade” ou da “excelência”, que se torna um *slogan* de publicidade e não uma regra fundamental da formação universitária.

As novas regras da gestão escolar — a “Universidade Empresa”

Quando agora se fala das novas regras da gestão universitária ocorre logo a ideia de uma lógica empresarial, o que, de resto, não nos espanta, dada as características de todo o sistema de ensino e mesmo de todo o sistema social existente, não só no país mas na Europa, nos Estados Unidos e um pouco por todo o mundo. Conforme afirmou Bill Readings num livro polémico já atrás citado, *A Universidade em ruínas*, o modelo de Universidade que hoje é apresentado como protótipo é a “Universidade de Excelência”, expressão mágica que aponta menos para o aperfeiçoamento científico do que para uma função de rentabilidade e de *performance*. Logo, de acordo com o pensamento do universitário canadiano de Montréal, a Universidade que se pretende não é a Universidade “com uma gestão empresarial”, mas sim a própria “Universidade Empresa”.

Desta forma, o RJIES apenas segue o ritmo mundial. Ou seja, na gestão das universidades deixa de ter qualquer significado fundamental a representação dos corpos — professores, estudantes e funcionários — num fórum de diálogo (e mesmo de discussão e de polémica) em busca das soluções mais correctas para o funcionamento da Escola e para a prossecução dos seus objetivos. O que se pretende, no critério da lei, é criar um corpo de direcção de tipo fundamentalmente administrativo, apoiado num órgão particularmente “efi-

⁷ Ver o nosso artigo “Quid petis? Os «doutoramentos» na Universidade de Coimbra”, in *Revista de História das Ideias*, nº. 15, Coimbra, 1993, pp. 177-316.

caz", onde pelo menos 30% sejam elementos não do corpo universitário, mas da sociedade exterior, provavelmente da sociedade empresarial. Claro que — pela experiência que tenho por ter pertencido a um órgão consultivo da Universidade — duvido dessa eficácia em Portugal. Mas, não tenho dúvida que, se o modelo proposto fosse verdadeiramente "eficaz" ou, melhor, se o vier a ser, ele trará ao de cima a força do capital empresarial e cada vez mais se irá considerar como regra para aferir o "interesse" da ciência o móbil da "ciência rentável", talvez embelezada com umas pinceladas de Ciências Sociais (algumas delas também rentáveis ou com aparência disso) e, menos, de Humanidades.

A hipótese das Fundações é outra prova da integração numa concepção de "Universidade Empresa" ou da lógica da escola universitária fora do contexto da "corporação" (ou, noutros termos, da instituição democrática, de ciência, de ensino e de convivência, não excluindo, como é óbvio, uma saudável competição). Diga-se que existem duas ideologias que poderiam justificar essa tese institucional, uma delas, de origem francesa, de carácter iminente crítico em relação à "Universidade corporativa" (conceito redundante porque, por essência linguística e institucional, a Universidade é, em certo sentido, uma "corporação"), e outra de tipo anglo-saxónico de carácter fundamentalmente empresarial, embora também surgida, pragmaticamente, numa aceção corporativa. Ambas têm uma história já secular, mas a história recente é outra e tem outras fundamentações e implicações.

A primeira radica-se na fase mais extremista da Revolução Francesa, quando se procurou destruir as corporações universitárias (e todas as outras), consideradas de *Ancien Régime*, para se formarem escolas autónomas dependentes do Estado (não nos devemos esquecer do sentido centralista do jacobinismo). Assim, após a extinção das universidades com a Convenção, a fase mais avançada do processo revolucionário, e depois da experiência da Universidade Napoleónica, tutora de todo o sistema de ensino, pode dizer-se que só no fim do século XIX voltaram as universidades a França, com Louis Liard. E se em Portugal não se extinguiu a única Universidade existente, a de Coimbra, não se criaram outras universidades e formaram-se escolas autónomas, de que a Escola Politécnica, que se veio a tornar a nossa escola de engenheiros, é um dos exemplos mais significativos.

A outra ideologia forma-se no contexto da jovem nação americana. Sem

se perder o sentido corporativo, as novas universidades resultam da iniciativa privada, juntamente, por vezes, com a participação dos poderes locais ou estaduais. Têm, pois, outra história, conforme já o notava o professor de Medicina Sobral Cid, numa famosa oração de sapiência proferida na Universidade de Coimbra em 1907. E, assim, a sua dinâmica é indiscutível desde há muito, a ponto de personalidades tão diferentes, como António Ferro (o depois director da Propaganda do Estado Novo) e Aurélio Quintanilha (com um passado anarquista e demitido por Salazar de professor catedrático em Coimbra, logo no início do regime), as terem elogiado⁸.

Todavia, estes dois tipos de escola, formados na lógica de dois modelos distintos, pouco ou nada têm, fundamentalmente, a ver com a lógica organizativa que hoje se propõe, embora o modelo americano marque para sempre a ideia universitária em busca de novas concepções. A actual potencialidade legal de transformar as escolas em Fundações poderia não ter para mim nada de escandaloso desde que não lhe pudesse estar subjacente uma lógica empresarial. Ou seja, não veria qualquer inconveniente em que uma escola se autonomizasse no quadro da Universidade ou fora dela, como, de alguma forma, sucedeu com o Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), instituição autónoma desde o seu início, na tradição dos *grands établissements* de França. E não me impressionaria este tipo de organização desde que fosse entendido como uma forma mais expedita e mais imaginativa de administração escolar, sem o peso da burocracia das grandes instituições universitárias, com todos os seus vícios. Mas o certo é que foi em grande parte o Estado — ou o Estado supranacional — o responsável pelo considerável aumento das normas da administração escolar, o que nos leva a desconfiar que o que está por detrás da organização de Fundações é apenas uma lógica de tornar a ciência numa matéria “rentável” servida por uma “gestão” (outra palavra mágica do mundo “moderno” — e que maus gestores nós temos, a avaliar pelos resultados alcançados!) dita “modelar”.

⁸ Cfr. António Ferro, *Novo Mundo, Mundo Novo*, Lisboa, Portugal-Brasil, Sociedade Editora, s. d. [1930], e Aurélio Quintanilha, *Viagem de estudo aos Estados Unidos e ao Canadá*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1959.

A reorganização da Investigação científica e a lógica da "Ciência Rentável"

Independentemente do louvável desejo que se tem notado tendente a reorganizar de forma mais racional a investigação e as suas unidades, e tendo em conta que o financiamento da pesquisa tem sido, apesar de tudo, significativo, aquilo que se tem verificado com os centros de investigação parece-me bem comprovativo do "condicionalismo" que referi. Um "condicionalismo" que vai dirigindo a reforma da ciência universitária ou peri-universitária por uma via de "rentabilidade", afastando-a de um processo "imaginativo", na lógica da utopia da Universidade e da Ciência "sem condição".

A prática que tem presidido às diretrizes da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no que respeita aos centros e laboratórios associados é, em primeiro lugar, devido à natureza dos fundos que os financiam (sobretudo, por estranho que pareça, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER), a sua fiscalização constante, através de auditorias periódicas (e até de auditorias de auditorias), que tornam a administração das verbas da investigação cada vez mais "profissional" (o papel do "gestor" empresarial impõe-se cada vez mais). Em segundo lugar, pretende-se diminuir em 25% as unidades de investigação, que são cerca de 400 (apenas 19,4% pertencem ao campo das artes e humanidades, ainda que estas, com as ciências sociais, perfaçam 39,8%), eliminando algumas e fundindo outras em unidades de mega dimensão, em certos casos muito complexas, dispersas no espaço, de difícil unidade intrínseca e sem grande viabilidade de funcionamento orgânico. Exactamente o contrário do que se pensava em 1996, quando se iniciou o processo de avaliação internacional e se valorizava, sobretudo, a lógica de funcionamento das unidades de investigação científica, independentemente da sua dimensão.

Por outro lado, impõem-se fórmulas de avaliação cada vez mais discutíveis, asseguradas por equipas formadas exclusivamente por estrangeiros (o que se casa bem com o nosso "estrangeirismo" proverbial). Nos relatórios para essa avaliação (só escritos em inglês, claro!), numa filosofia contraditória com antigas diretrizes, deixou de se dar importância ao desenvolvimento dos graus superiores, mestrados e doutoramentos (geralmente conseguidos através de processos rigorosos), de investigadores não universitários, sobretudo do campo do professorado do ensino básico e secundário.

Se entendo que o papel destes docentes deverá incidir sobretudo no ensino, encaro, evidentemente, a sua formação numa perspectiva pedagógico-didáctica, mas também na área da ciência fundamental em que se formaram. Não parece, todavia, equacionar-se desta forma o estatuto do professor. Com efeito, se os docentes do ensino básico e secundário doutorados acabaram por poder ser integrados nos centros foi apenas numa lógica de concessão dada aos centros de Ciências de Educação, lógica essa que acabou por ter incidência nas unidades de investigação de outro tipo. De resto, parece poder comprovar-se esta filosofia se analisarmos a recente legislação relativa ao concurso para “professores titulares” (decreto-lei n.º 200/2007, de 22 de Maio). Repare-se (Anexo II, 1.2. e 1.3.) que são valorizados os mestrados e os doutoramentos (cujos cursos se tornam cada vez mais difíceis de frequentar pelos professores), mas não deixa de se fixar uma ordenação formal (todavia não casual e bem significativa), em que se referem primeiro os graus obtidos em Ciências da Educação e só depois os graus alcançados “em domínio directamente relacionado com o respectivo grupo de docência”. Aliás, curiosamente, artigos ou livros publicados pelos professores (à excepção dos compêndios escolares) nada contam para a referida progressão na carreira. Portanto impõe-se uma linha funcionalista, que vemos em palavras e em atitudes do Ministério da Educação: o professor ensina (e torna-se um burocrata do ensino), o cientista investiga (desde que o deixe pesquisar o “peso de Bolonha”, que caiu sobre as instituições de ensino superior).

A acrescentar a isto, note-se que deixaram de se poder integrar nas unidades de pesquisa doutores estrangeiros a trabalhar noutras universidades, parecendo pôr em causa, contraditoriamente, um princípio de internacionalização sempre apregoado, e doutorados sem ligação a uma universidade ou a um IP, isto é, para utilizar uma terminologia realista, na situação de desempregados. Ou seja, o objectivo das medidas agora implementadas consiste em diminuir o número de “investigadores integrados”, através de critérios mais do que discutíveis. E a lógica de “uma certa rentabilidade”, mais formal do que real, afirma-se cada vez mais como factor de avaliação, esquecendo ou secundarizando afinal os factores que constituem os verdadeiros índices de internacionalização, que fazem a essência do saber universitário e da universalidade da comunidade científica.

Assim, embora se valorizem os projectos de investigação que são reali-

zados com universidades e centros de países diversos — projectos em rede, orientação de teses em co-tutela, convites para realização de seminários e conferências, organização de congressos e seminários internacionais, etc. — avalia-se, sobretudo, a investigação pelo número de artigos publicados em “revistas internacionais” com *referee* (tipologia que está por definir) e com “impacto”, ou seja, citadas por publicações constantes em bases de dados organizadas, como a famosa ISI WEB. Esquece-se, assim, que as ciências sociais — pelo menos algumas delas — têm a sua vida própria e não se podem avaliar pelo uso da língua em que são veiculadas (que se pretende que seja o Inglês, evidentemente, o qual exerce um verdadeiro domínio imperial — ao contrario do multilinguismo aconselhado pelas comunidades internacionais — como símbolo “científico” ou técnico, como outrora foi o latim e, depois, o francês, que representaram afinal o domínio de certas ideias de cultura ou de classes de poder, a fé católica ou a razão, a Igreja ou os *philosophes* e a burguesia). Curiosamente, o meu único artigo que se encontra referido na ISI WEB foi apresentado em Inglês e publicado numa revista brasileira ibero-americana e é um ensaio de mera conclusão e de debate de todo um processo de pesquisa que se concretizou de forma mais substancial em outras publicações, inclusivamente em livros, que têm sido citados em revistas e em livros portugueses e estrangeiros, e essas publicações, mais importantes, não constam do catálogo (em inglês) da ISI WEB. Daí a conclusão lógica: publicidade não é obrigatoriamente sinónimo de (melhor) qualidade.

Portanto, não houve discernimento necessário para entender a especificidade de um certo tipo de saber, cuja universalidade se mede por critérios muito mais complexos e rigorosos do que o simples critério formal do “impacto”.

O que está em causa, sobretudo, é uma lógica de “ciência rentável” ou que “se mostra” a um certo público, a qual, a par de uma ideia de “Universidade rentável”, ocupa o espaço de preocupação e de interesse de poderes constituídos ou de poderes invisíveis. E só é rentável o que se mede. Quantos livros e quantos artigos (mas só certos livros e artigos, não escolhidos pela qualidade e sim pela forma como se desenvolve a sua comunicação)? Quantos prémios (que, por vezes, têm pouco significado)?...

A “medição” ocupa, de resto, todo o processo de avaliação, de centros de investigação e de universidades, que constituem *rankings* por vezes mais do

que enganadores e que alimentam o tempo de “cientistas da medição”, alguns dos quais se afastaram do exercício da ciência em que se formaram para se tornarem teóricos e práticos de avaliação ou “avaliadores”, não numa lógica de complementaridade do saber, mas numa lógica de “profissionalização”, tal como os “políticos” deixaram de ser “cidadãos” para serem... “políticos”. A forma substitui a matéria, a *performance* o conteúdo.

É uma visão caricatural a que apresento? Decerto que é, mas em certo sentido o que se passa é mesmo caricatural. Como a ficção científica, é uma visão que se aproxima — e cada vez se aproximará mais em futuras gerações tecnocráticas — da realidade. E porquê? Esta é a questão fundamental, só inteligível se entendermos estruturalmente como evoluíram as “condições” da Universidade e da Ciência. Será um simples e geral exercício de análise que apresentarei, o qual não substitui, obviamente, dezenas de páginas de reflexão já apresentadas por outros investigadores. A sua “originalidade” apenas existe pela ignorância característica de um mundo que não se interroga sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro, e de “novas gerações” que afirmam constantemente o valor da prática sem se darem ao trabalho de se interrogarem, de discutirem com os outros, de criarem verdadeiros fóruns de debate, gerações que olham horas a fio para a *Internet* e que esquecem cada vez mais o valor da reflexão filosófica e da escrita, plasmada pacientemente em páginas de texto.

Os paradigmas da Universidade e a “Universidade em ruínas”

A Universidade foi sempre criadora de ciência e de ensino. A questão está em avaliar até que ponto uma se subordinou ao outro, ou vice-versa, e em que “condições” se operou essa criação e esse relacionamento. Se até às reformas iluministas se verificava, sobretudo, uma produção e uma reprodução de saber integradas numa ordem feudal-eclesiástica da sociedade, com o Iluminismo, na sua perspectiva “despótica”, surgiu um tendência para a laicização régia e burguesa do conhecimento, concedendo-se maior significado a determinadas matérias que se encontravam na linha do Progresso que o Estado e a burguesia pretendiam estimular. É neste sentido que surge a tendência para a subalternização do direito eclesiástico, a valorização de medicina e a concessão

de uma maior importância às ciências exactas e naturais, consideradas como elementos fundamentais ao serviço do desenvolvimento, da indústria, da mineração, da agrimensura, etc. A teoria kantiana, com a questão do “conflito das faculdades”, traça afinal uma lógica de poderes científicos em que a “filosofia” (no seu mais amplo significado) pretendia suplantar as ciências ditas então como “positivas”. Eis por que o Iluminismo, do poder e dos “filósofos”, traz uma aura de reformismo à Universidade.

A formação do Estado-Nação pôde manter uma concepção idêntica, num processo de subordinação da ciência e das instituições do saber ao Estado, pelo que as ciências jurídicas voltaram a ter um papel fundamental, porventura nunca perdido. Daí, como se disse, o interesse das correntes mais radicais da Revolução em extinguir as universidades, consideradas como corporações de privilégios, e em criar instituições de ensino superior “independentes”, ligadas ao Estado, numa via centralizadora. E, mesmo quando passou a onda revolucionária, ou ela se foi transformando e ressurgindo em surtos ocasionais e efémeros, embora não passando sem o prestígio da Universidade, continuou a procurar-se ligá-la ao Estado.

Neste contexto, o saber e a comunidade académica sentiram-se sempre “condicionados” pelo poder e daí a ideia de “Autonomia” que tanto alimentou as reivindicações dos universitários ao longo da história e que fazia parte da essência da corporação. Mas era uma luta de poderes sempre desigual. Mesmo a Universidade humboldtiana, tão preocupada com o desenvolvimento da investigação científica e do ensino inovador, não se afastou da sombra imperial. E se, nos Estados Unidos, surgiu a ideia de universidades numa lógica “liberal”, menos ligadas aos poderes do Estado Central do que a comunidades de interesses económicos e regionais, nem por isso a Universidade conseguiu a almejada autonomia, que sempre se revelou afinal como um mito e mesmo uma utopia.

Esse carácter utópico da Universidade é afinal bem marcado por uma característica que passa normalmente despercebida. Saberes como a linguística, a literatura, a filosofia, mesmo a história e, depois, as novas ciências sociais só tardiamente entraram no saber universitário como “faculdades” ou “departamentos” e dificilmente viveram com liberdade, especialmente quando regimes autoritários / totalitários deram sobretudo valor a ciências “utilitárias”, como produtoras do “Progresso”, e quiseram subordinar as ciências

sociais, as artes e as humanidades ao seu gosto, à sua interpretação e aos seus interesses.

O sucesso na luta pela “Autonomia” só se pode surpreender com a vitória da Democracia e até com os “excessos” dos anos sessenta ou, em Portugal, com os excessos de Abril e as suas veleidades marxistas, afinal também com potencialidades centralizadoras, numa lógica “soviética”. A lei da autonomia das Universidades (lei n.º 108/88, de 24 de Setembro), as leis conexas e os seus estatutos próprios constituíram afinal a vitória possível. Todavia, o Estado reapossa-se paulatinamente do poder da Universidade, usando a sua liberdade em favor dos seus interesses. E quando os poderes económicos, numa lógica de globalização, se fazem sentir em termos de poder “político”, vão tentar de novo orientar a Universidade e o Saber, “condicionando” a acção dos Estados, segundo os ditames de um “Capitalismo sem cabeça”, contra o qual é difícil lutar, até porque vai utilizando processos tecnológicos cada vez mais avançados, habilmente manejados, sob a aparência do Progresso e de Valores Sociais, sustentados através de um uso calculado dos fundos para a educação, o ensino e a ciência.

Assim, a luta pela universalidade e pela internacionalização e a constituição de uma lógica de “escola” com sucessão de cientistas, que vão desenvolvendo a sua área e criando novas áreas, vão chocar com barreiras como o desemprego ou o subemprego, o financiamento reduzido (diz-se “racional”) das universidades, regras para reduzir o número de professores e investigadores (a famigerada “rácio...”), a criação de fórmulas estandardizadas para a organização do ensino, a lógica do “ensino e das ciências rentáveis”. E... tudo sob a bandeira da “Excelência”, que é o principal sintoma da ruína do Saber livre, da “Universidade sem condição”. E daí a importância da Empresa, não da empresa que apoia a Universidade, mas da lógica da “Universidade-Empresa”.

Desta forma, pode entender-se o que é aparentemente inexplicável: por exemplo, a contradição de que surjam equipas internacionais de avaliação só constituídas por estrangeiros e não haja verba para pagar a um só elemento vindo de fora para fazer parte de um júri de doutoramento, a fim de analisar cientificamente um candidato, situação com que me deparei mais de uma vez; que não haja verbas para contratar especialistas em certas áreas, tendo a Universidade de se servir de docentes impreparados, situação actual, que

encontrei quando ingressei, como assistente, nos anos setenta, e que deveria estar ultrapassada; que se valorize mais as *performances* do que o saber autêntico e aprofundado. Tudo tem de funcionar “bem” e depressa, e ser rentável, como um livro de Paulo Coelho, mesmo que a sua qualidade seja medíocre, embora de aparência “excelente”. O que é necessário é ter “sucesso”.

Por isso, Bill Readings falava da “Universidade em ruínas”, porque não há dúvida que caiu por terra o paradigma da Universidade como um saber autónomo, como manifestação da Razão. Nem o Estado-Nação — que parece em vias de extinção ou em situação de crise — está interessado nesse saber. A Universidade passou assim a estar altamente “condicionada”, como está a Imaginação, que já não é capaz de exercer a sua função de “criar”.

Uma nota final de optimismo

Apesar de tudo, uma nota final de optimismo, dita por alguém que, no seu realismo, é mesmo optimista, pois só assim poderia ter mantido como reserva crítica a ideia da “Universidade sem condição”, procurando o mais possível não se inserir nas “condições” que a prática lhe ia criando.

Julgo francamente que há Esperança, mas numa geração futura. E para isso não será necessário fazer uma revolução de rua, mas uma revolução dos espíritos. Ficou conhecida e já está mesmo gasta, porque foi inconsequente, a frase do Presidente Jorge Sampaio, relativa à realidade social portuguesa, de que “há vida para além do défice”. Também há vida para além das “condições” que a realidade nos impõe. A Imaginação, a verdadeira, não tem limites e um dia poderá voltar a ser ela própria. Mera utopia, que não tem espaço para se realizar? Mas o tempo acabará por lhe encontrar “o lugar”. Quando se perceber que o “consumismo”, de bens materiais e pseudoculturais, o economicismo e a competitividade sem regras em que mergulhamos e nos apresentamos como nota de “Progresso”, não são afinal... rentáveis. O que é verdadeiramente rentável é o Saber, mesmo quando não parece sê-lo.

Como disse Derrida na americana Universidade de Stanford, a “Universidade sem condição não existe *de facto*, e por demais o sabemos”, ela é “um lugar último de resistência crítica — e mais que crítica — a todos os poderes de apropriação dogmáticos e injustos”.

A UNIVERSIDADE E AS "CONDIÇÕES" DA IMAGINAÇÃO

RESUMO

O texto de Jacques Derrida *A Universidade sem condição* (1998) é um marco na reflexão sobre a Universidade num tempo de crise da instituição. Ele inspirou — conjuntamente com o tema "Imaginação" — a reflexão crítica do autor deste ensaio não apenas acerca do rumo da Universidade portuguesa, sob o signo do "Processo de Bolonha", mas também sobre o sentido da Universidade na Europa e no Mundo ao ritmo de uma lógica de "ciência produtiva", de "universidade empresa", de "normatização", de "performance", que entende caracterizar o universo do saber neste início do século XXI, marcado por uma lógica neoliberal e de globalização negativa (ressalvando o que de positivo pode ter o conhecimento global). É um olhar preocupado que apresenta, pois entende que esta "nova" concepção irá provocar um abaixamento da qualidade do saber e, sobretudo, do *saber crítico*, contraditoriamente sob a capa de conceitos como "excelência", "avaliação", "sustentabilidade"... Mas o autor não deixa, igualmente, de apresentar uma nota de optimismo que lhe dá, exactamente, o conceito idealista e utópico de "Universidade sem condição".

PALAVRAS-CHAVE:

Derrida Jacques, Universidade- Empresa, Globalização, Ciência Produtiva, Bolonha Processo de.

UNIVERSITY AND THE "CONDITIONS" OF IMAGINATION

ABSTRACT

Jacques Derrida's *University without condition* (1998) is a milestone in the reflection of Univer-

sity at a time when the Institution was undergoing a crisis. He inspired — alongside with the subject "Imagination" — the present paper which addresses the heading of Portuguese University under the "Bologna Process", and the sense of University in Europe and the World at the pace of a logic of "productive science", "corporate university", "standardisation", "performance", which in the author's view characterises the world of knowledge in this early 21st century, featuring neoliberal logic and negative globalisation (excluding all positive elements which global knowledge encompasses). His is a worried view, since he believes that this "new" concept will reduce the quality of knowledge and, particularly, of *critical knowledge*, contrary to the cover concepts of "excellence", "assessment", "sustainability"... The author, however, ends on an optimistic note, lending his essay exactly the same idealist and utopian concept we find in "University without condition".

KEY WORDS:

Derrida Jacques, Corporate University, Globalisation, Productive Science, Bologna Process.

L'UNIVERSITÉ ET LES "CONDITIONS" DE L'IMAGINATION

RÉSUMÉ

Le texte de Jacques Derrida *L'Université sans condition* (1998) est un point de repère dans la réflexion sur l'Université dans une époque de crise de l'institution. Il a inspiré — avec le thème «Imagination» — la réflexion critique de l'auteur de cet article non seulement à propos de la voie suivie par l'Université portugaise, sous le signe du «Processus de Bologne», mais aussi sur le sens de l'Université en Europe et dans le monde au rythme d'une logique de «science productive», d'«université-entreprise», de «normalisation», de «performance», qui

caractérise l'univers du savoir dans ces premières années du XXI^e siècle, marqué par une logique néolibérale et de mondialisation négative (mis à part ce qui les connaissances globales peuvent avoir de positif). Il s'agit d'un regard inquiet, le sien, vu qu'il entend que ce concept « nouveau » provoquera une diminution de la qualité du savoir et, surtout, du *savoir critique*, sous couvert de concepts contradictoires comme « excellence », « évaluation », « durabilité »... Mais l'auteur ne s'abstient pas de présenter aussi une note d'optimisme, qui lui est conférée précisément par le concept idéaliste et utopique de « L'Université sans condition ».

MOTS-CLÉS:

Derrida Jacques, Université- Entreprise,
Mondialisation, Science Productive, Bologne
Processus de.

ÍNDICE

Nota de Apresentação	7
A "Universidade sem condição"	9
"Progresso" e "condições" da intervenção e da não intervenção	12
Institutos Politécnicos ou Universidades Politécnicas? O dilema e as suas "condições"	14
A <i>ratio</i> e as "condições" criadas às Universidades — as "Universidades Politecnicizadas"	16
"Bolonha" como símbolo de um novo modelo de Universidade	17
As novas regras da gestão escolar — a "Universidade Empresa"	19
A reorganização da Investigação científica e a lógica da "Ciência Rentável"	22
Os paradigmas da Universidade e a "Universidade em ruínas"	25
Uma nota final de optimismo	28
Resumo - Abstract - Résumé	29

